

## A CONDIÇÃO DA MULHER NOS PAÍSES SOCIALISTAS HOJE

Maria do Rosário Rolfsen Salles (\*)

PERSPECTIVAS/19

SALLES, M.R.R. A condição da mulher nos países socialistas hoje. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 67-80, 1980.

**RESUMO:** Este artigo pretende cobrir algumas características do trabalho e do cotidiano feminino em dois países socialistas (URSS e R.P.P.), visando discutir a persistência de algumas contradições entre o trabalho doméstico e o trabalho profissional, no quadro histórico do processo de liberação feminina e de ampliação da participação da mulher na força de trabalho.

**UNITERMOS:** Socialismo; participação feminina; trabalho doméstico; trabalho profissional.

### I — INTRODUÇÃO

No momento em que se acirra, no Brasil, o debate sobre a condição feminina, sobre a participação efetiva da mulher nos mais diferentes níveis da sociedade, fundamentalmente, o seu direito ao trabalho, julgamos oportuno apresentar uma série de dados sobre os caminhos percorridos até hoje por alguns países socialistas, na luta pela emancipação da mulher e pela sua crescente participação na construção do Socialismo (\*\*).

Realmente, o interesse em se examinar as condições atuais do trabalho

feminino, a posição da mulher na família e sua participação política e social nos países socialistas, se justifica, na medida em que constituem resultado da experiência histórica mais rica das últimas décadas, na tentativa de assegurar mudanças, as mais profundas, nos hábitos quotidianos e nos valores seculares que alicerçavam a organização familiar e a posição social da mulher.

Julgamos que os exemplos desse esforço histórico em que fundamentalmente, a mulher foi envolvida sob todos os aspectos, bem como a sua análise, constituem importante contribuição para o

(\*) Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Campus de Araraquara, UNESP.

(\*\*) Esses dados, compilados com o intuito de melhor visualizar o cotidiano, o trabalho e a organização da vida nos países socialistas hoje, foram organizados segundo o interesse mais geral suscitado pelo debate sobre a condição feminina. As idéias que serão apresentadas decorrem da leitura de alguns jornais quotidianos ou hebdomadários franceses, como *Le Monde*, *Liberation*, *Rouge* e os dados foram retirados de publicações tais como: (12), (2).

debate de alguns pontos que são o cerne da problemática sobre a condição feminina.

Basta nos referirmos, por exemplo, ao extremo esforço que significou combinar a luta pelo desenvolvimento das forças produtivas com a necessidade de nivelar as diferenças seculares entre campo e cidade.

De resto, os dados que serão apresentados decorrem de uma realidade que não se apresenta visível facilmente nas análises que comumente se fazem, e que visam indicar a situação da mulher nos países socialistas hoje. Na verdade, em geral, essas análises refletem, na maioria das vezes, posições ideológicas ou políticas assumidas a priori.

Tentaremos, então, confrontando fontes diferentes e percorrendo alguns momentos historicamente importantes, na construção do socialismo, tomando como ponto de referência a Rússia e a Polônia, afastar algumas pré-noções contidas em algumas idéias correntes sobre a situação da mulher nesses países, apresentando alguns dados que podem vir a se constituir em hipóteses válidas para exame e debate.

Refiro-me às idéias correntes sobre a ampliação da participação feminina na força de trabalho nos países socialistas, especialmente na Rússia posteriormente a 1917.

Evidentemente, a União Soviética constitui até hoje, um dos únicos países a apresentar tão manifestamente a extensão geral do emprego feminino depois da revolução. Essa extensão foi inclusive, inicialmente, amparada pela própria legislação que não se limitou a isso, mas deu à emancipação e à liberação da mulher a primazia na orientação da sua incorporação à força de trabalho. Isso signifi-

cou uma planificação orientada sobretudo, desde a transformação e a ampliação dos serviços sociais tais como escolas maternas, hospitais, lavanderias, etc. até a profunda alteração de hábitos e de estruturas familiares secularmente arraigados ao cotidiano do trabalho e da vida das populações trabalhadoras.

O que parece entretanto, insuficientemente discutido nos discursos sobre a ampliação da participação da mulher nos mais diferentes níveis da sociedade, é justamente o outro lado desta participação, ou seja, não os índices, não as intenções implícitas ou explícitas nos textos legais, mas a necessária transformação implícita nesta ampliação do direito ao trabalho que os dados revelam. Não se trata da transformação evidente, ao nível do modo de produção, provocada pela eliminação da propriedade privada. Refiro-me às transformações super-estruturais que não se dão entretanto, nem imediata nem automaticamente, porque são referidas ao nível da cultura e se localizam na vivência quotidiana de situações objetivas de vida que a eliminação da propriedade privada e a planificação socialista não são suficientes para desarraigá-las.

Assim, após apresentarmos índices e analisarmos as intenções da Legislação, como podemos incorporar os resultados da experiência socialista para orientar nossas discussões atuais sobre a condição feminina?

## II — U. R. S. S.

A União Soviética entendeu a ampliação da participação feminina na força de trabalho como apenas um entre os inúmeros aspectos da liberação da mulher. A legislação preocupou-se de início, com a igualdade jurídica total entre o

homem e a mulher, ao nível do trabalho; ao nível das decisões pessoais da mulher sobre o aborto; com relação à proteção de vida pelo homem às crianças e à mulher na fase transitória em que as mulheres não haviam ainda saído totalmente de sua situação de dependência com relação ao homem; quanto à legalização do divórcio e o reconhecimento das uniões livres; quanto à abolição da legislação reprimindo a homossexualidade; quanto ao encorajamento de experiências de vida comunitária onde se colocavam em questão as relações de dominação e opressão da "estreita família burguesa"; quanto à necessidade, ainda mais abrangente, de se reformular a educação, atribuindo-se a meninas e meninos, uma educação semelhante e não discriminatória para que, no futuro, as profissões e responsabilidades oferecidas pudessem ser igualmente escolhidas e assumidas. Todas as medidas implicavam em que a guarda das crianças deveria ser não apenas coletivizada e mecanizada, mas também partilhada entre homens e mulheres para evitar a dupla jornada de trabalho feminino. Era evidente portanto a pretensão de alterar profundamente a estrutura da família e os papéis masculinos e femininos em relação aos filhos; criar enfim, uma nova sociabilidade que quebrasse o isolamento da família e a individualidade de cada membro.

Tratava-se, nesse momento, explicitamente, de conservar a família enquanto unidade afetiva e de procriação, liberando-a, entretanto, de algumas de suas antigas funções que se passariam para o Estado: assegurava-se a manutenção da mulher fora do casamento por Seguro Social específico e garantia-se a segu-

rança das crianças fora da família. Surgiram, em consequência, inúmeras organizações de mulheres, as GENOTDEL onde elas começaram a tomar a seu próprio cargo a discussão do seu cotidiano, a sua situação comum, os seus direitos, o seu programa de vida e de trabalho. (\*)

Essas organizações não foram entretanto, suficientes para assegurar as mudanças extremamente profundas que se exigiam do quotidiano e, por outro lado, tratava-se fundamentalmente de atender nesse momento, ao desenvolvimento das forças produtivas. Os serviços sociais requeridos pela ampliação da participação feminina nesse processo eram extremamente dispendiosos. Essa mudança, além de tentar nivelar diferenças seculares entre as cidades e o campo, visava atingir, simultaneamente, as relações humanas e o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim é que introduzem-se modificações ao nível da legislação e, em 1934, promulga-se um novo *Código da Família*. Com ele o aborto torna-se proibido, a família e o casamento voltam a ser o "lugar natural das crianças", as uniões livres são condenadas, a homossexualidade reprimida. A fecundidade é premiada e a tarefa central das mulheres é ser mãe de família numerosa. Não se trata de simples reprodução das relações familiares de uma sociedade burguesa porque isso não seria mais possível. Desapareceram por exemplo, funções fundamentais da família burguesa, como a transmissão da herança e a conservação da propriedade. Entretanto a sociedade continua a enfrentar o problema da desigualdade na distribuição da propriedade da terra e necessita organizar os traba-

---

(\*) Infelizmente não dispomos de dados atuais sobre o funcionamento dessas organizações.

lhadores operários urbanos — a família volta portanto, a se tornar uma instituição necessária à economia de custos de serviços na reprodução e manutenção da força de trabalho. Ela reassume algumas funções que haviam sido transferidas para o Estado, como por exemplo, a guarda das crianças. A necessidade de se desenvolver a produção em torno de bens que não atendiam imediatamente às necessidades de consumo e de serviços da população, fez com que a nova organização familiar sintetizasse as contradições em que a sociedade se debatia.

Essas contradições são vivenciadas profundamente pela mulher e não são viáveis pelo exame dos índices de participação na força de trabalho. Trata-se fundamentalmente da contradição entre trabalho doméstico e trabalho social.

Examinemos de início, algumas estatísticas sobre a ampliação da participação feminina na força de trabalho.

Embora se observe um espetacular aumento da participação feminina na força de trabalho nos setores não agrícolas como o demonstra o seguinte quadro:

Participação da mão-de-obra feminina fora da agricultura — 1928 — 1970

Data	1928	1940	1945	1950	1960	1965	1970
n.º em milhões	2,8	13,2	15,9	19,2	29,3	37,7	45,8
nº da força de trabalho	24%	39%	56%	47%	47%	49%	51%

TABELA 1

onde os índices mostram que a metade da população ativa é composta por mulheres, há que considerar que as mulheres são em 19 milhões mais numerosas que os homens no país, pelos desníveis causados pela Guerra. A predominância das mulheres entre as pessoas em idade de trabalhar é ainda mais elevada (provavelmente 10 mulheres para 9 homens).

O estado real do emprego feminino fica mais claro se observarmos as pessoas fora da força de trabalho. Da população adulta (em idades produtiva) então ativa de ambos os sexos, 94% são com-

postos por mulheres. 13 a 15% daquelas mulheres que estão em idade de trabalhar, estão fora da força de trabalho. Pesquisas realizadas para determinar as razões pelas quais essas mulheres continuam a não trabalhar mostram que os encargos domésticos, em especial a guarda das crianças é que o determinam. Em Leningrado por exemplo, 50% das mulheres interrogadas responderam que trabalhariam se tivessem onde deixar as crianças. 14%, se elas pudessem encontrar um trabalho de meio período e 19%, se elas pudessem encontrar um trabalho perto de casa (12) (\*).

(\*) Infelizmente não se dispõe de dados sobre a porcentagem de homens em idade produtiva fora da força de trabalho para que se possa comparar com a porcentagem de mulheres.

Agora observemos a *Porcentagem de mulheres na força de trabalho em alguns setores*:

1968	%
1 — Comércio e restaurantes	77
2 — Para-medical	85
3 — Comunicações	68
4 — Serviços: caixas, seguros, etc.	78
5 — Industrias de alimentação	84
6 — Tabacaria	87
7 — Costura	90
8 — Transportes	24
9 — Construção	29
10 — Ensino	30
dos quais: Primário e Secundário	80
Maternal	100
11 — Têxtil	85

Tabela 2

Na verdade, há uma grande concentração nos setores não-produtivos. A observação desses dados é interessante principalmente se levarmos em consideração resultados de pesquisas com mulheres trabalhadoras, realizadas em Leningrado, bem como depoimentos obtidos junto às indústrias automobilísticas VOLSHKI, que serão relatados mais adiante e que denotam claras tendências nas escolhas profissionais das mulheres trabalhadoras.

Por ora, observemos ainda alguns dados globais:

De acordo com o 1.º quadro, em 1968, 85% de todos os trabalhadores têxteis eram mulheres. Esse setor industrial ocupava realmente 1/4 de todas as trabalhadoras.

No que se refere à educação a tendência das jovens na escolha das Artes continua — a porcentagem de moças

Participação da mão-de-obra feminina nos setores industriais e de Serviços e o salário médio 1950-70.

Setores	1950	1960	1970
Conjunto da Economia			
% de mulheres na força de trabalho	47	47	51
Salário médio (em rublos)	64,2	80,6	122,0
Educação e cultura	69,2 *		
	66,8 **	70	72
Caixas e Seguros	58	68	78
Saúde e Assistência Social	84	85	85
	48,6	58,9	92
Indústria ***	46	44	46
	68,7	89,8	104,4
— Têxteis	73	72	73
	57,1	71,2	84,3
— Vestuário	86	85	84
	43,3	57,3	76,1

TABELA 3

(\*) % de mulheres na força de trabalho  
 (\*\*) salário médio em rublos  
 (\*\*\*) os índices mais recentes são de 1966.

NOTA: dados retirados de (3).

estudantes de medicina decaiu. O número de mulheres em colégios técnicos continua baixo — em 1969, para 1120 rapazes contavam-se 362 moças.

Parece que, a despeito do enorme sucesso educacional no sentido da nivelção das oportunidades de ensino para homens e mulheres, o lugar da mulher na produção é determinado ainda pelo seu baixo nível de formação e qualificação: para 1000 pessoas de idade adulta, há 53 homens e 41 mulheres que receberam educação superior, e, para 100 homens que terminaram o Secundário há 78 mulheres. Uma pesquisa realizada no início dos anos 60 nas indústrias automobilísticas VOLSHKI (3), mostra que o número de mulheres que prosseguiram seus estudos depois de casadas era a

metade do número de homens. Em consequência, os empregos no Comércio e nos Serviços por exemplo, atraem mais a mão de obra feminina. E, muitas vezes essa falta de formação implica na aceitação de trabalhos físicos penosos. Algumas indústrias da República letônia ilustram isso: sobre toda a mão de obra feminina, 64,9% trabalham no comércio e serviços. Nos serviços de águas e florestas, constituem 70% da mão de obra não qualificada; na fabricação de materiais de construção, 30,6% e na agricultura, de 80 a 95% do trabalho manual. Na região de Leningrado há 2 vezes menos mulheres que homens nos empregos de alta qualificação. No mundo das artes e no mundo universitário a participação das mulheres aumentou: constituem 27% dos trabalhadores científicos, 35%

MULHERES OCUPANDO CARGOS DE RESPONSABILIDADE  
1957-68-69 (Porcentagem)

Indústria	1957	1963	1968-69
Mestres e contra mestres	21	20	—
Engenheiros chefes	10	16	—
Diretores	10	6	—
<b>EDUCAÇÃO</b>			
Ensino até 8a. série	87	87	87
Ensino até 5a. série	75	76	75
Ensino até 1a. série	68	68	75
Diretores de Escola primária	69	71	78
Diretores de Escola secundária	22	24	26
Medicina	82	—	75
Chefes de clínica	57	—	52

TABELA 4

Na agricultura, há 23 fazendas coletivas entre 643, dirigidas por mulheres. Em 1970, as estatísticas mostraram que a porcentagem de mulheres dirigindo empresas industriais era de 6,6%.

MULHERES MEMBROS DO PARTIDO — 1929-70 (%)

Ano	1929	1941	1945	1950	1959	1965	1970
% de mulheres							
Membros do Partido	13,7	14,9	17,0	20,7	19,5	20,2	21,0

TABELA 5

dos escritores e 18% dos compositores e maestros.

Ainda que nas esferas mais elevadas do Sistema Educacional as mulheres sejam sub-representadas, as possibilidades na educação aparecem como sendo autenticamente iguais para homens e mulheres e em alguns níveis parecem mesmo favorecer as mulheres. Porque então as mulheres não aproveitam melhor as possibilidades oferecidas no domínio político e sindical? E porque não prosseguem seus estudos tanto quanto seus companheiros homens?

Pesquisas levadas a efeito na região de Leningrado por Kharchev e Golod (5) mostram que uma porcentagem mais elevada de mulheres que de homens, estava satisfeita com seu trabalho e a principal razão apontada era horário e local de trabalho. A falta dessas condições foi citada como fator negativo (mais que o salário insuficiente) para seu trabalho: local de trabalho longe de casa — 29%; horários pouco cómodos — 25%; salários insuficientes — 15%.

Enfim, o que é interessante notar é que para a mulher casada, as observações não se referem ao trabalho em si mas parecem se referir a qualquer coisa que passa pelo prisma da família. Assim, muitas mulheres na pesquisa citada, declararam que os seus pensamentos sobre a sua casa, os seus afazeres domésticos e seus filhos não as abandonavam durante a maior parte do dia, e por esta razão, *“elas preferiam tarefas simples e mecânicas”* que as liberavam para *“continuar com as suas preocupações e ocupações”*. O peso do trabalho doméstico tem uma repercussão direta não somente sobre a escolha de seu emprego mas também sobre a eficiência no trabalho. A pesquisa referida levada a efeito nas indústrias automobilísticas VOLSHKI, indica que as mulheres que tinham importantes ta-

refas domésticas a desempenhar, fatigadas e incapazes de se concentrar no seu trabalho profissional, eram em 10% menos rentáveis que as outras.

Parecem ser as tarefas domésticas, grande impecilho à participação da mulher nas atividades que exigem esforço intelectual, e nas atividades políticas.

Uma pesquisa recente com 8 468 mulheres numa grande empresa da cidade de Gorki ilustra o emprego do tempo dessas mulheres numa semana normal e revela a diminuição progressiva do tempo disponível para atividades culturais, estudo, etc. e para as horas de sono a medida que cresce o número de filhos. Além disso, revela pouca disponibilidade de recursos para o auxílio no trabalho doméstico, quer eles sejam lavanderias públicas, creches, etc. ou mesmo eletrodomésticos que diminuiriam as horas necessárias às tarefas domésticas. Revela também a pouca ou insuficiente participação masculina nos encargos domésticos. A pesquisa revela ainda que 27% dos maridos estão de acordo com o trabalho de mulheres fora de casa, mas há pesquisas que revelam que essa aprovação aumenta proporcionalmente ao salário da mulher. Outras pesquisas revelam que 98% dos homens aprovam o trabalho para as mulheres solteiras, 97% dos homens aprovam o trabalho das mulheres casadas sem filhos, mas apenas 40% aprovam o trabalho das mulheres com filhos (1).

As tarefas que dispendem maior tempo são as compras e a cozinha, as compras para a carne e os legumes implicando em grandes filas, e visita a muitos estabelecimentos. Por outro lado, o equipamento moderno para cozinha é extremamente raro. Os supermercados são um fenômeno relativamente novo e contribuem para economizar o tempo nas

DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS (\*)

Tarefas	Mulher apenas	Marido apenas	Marido e Mulher	Outros membros da família
<b>TRABALHOS DOMÉSTICOS</b>				
Compra de alimentos	64,2	2,7	18,1	16
Preparação do café da manhã	61	9,8	20	10,1
Preparação do almoço	69	1,5	14,3	15,2
Arrumação da cozinha	19,3	12,2	32,4	36,1
Arrumação da casa	44,6	9,2	31,8	14,3
Reparações	24,3	68,1	1,8	6
Pagamentos	49,2	29,9	14,8	6,1
Lavagem e passagem de roupas	67,1	1,6	19,3	12
Cuidado com as crianças	81,2	1,2	12,1	5,5
Conduzir à creche, maternal, etc. e buscar	78,2	6	11,8	4
Visita à escola	75,1	12,1	11,8	1
Ajuda nos deveres escolares	72,3	14,2	8,8	3,7

TABELA 6

filas e mais ou menos 10 horas por semana. Os produtos enlatados, congelados ou prontos para comer, começam a aparecer. Fazer as refeições fora de casa é uma prática rara; custa 30 a 40% a mais que fazer a comida em casa e a qualidade é inferior.

O número de lugares para comer fora de casa aumentou nas concentrações urbanas: de 95.400 em 1950 para

237.000 em 1970.

A lavagem da roupa é outro encargo doméstico que se faz em casa: apenas 2% de toda roupa na URSS é lavada em lavanderias públicas. Em Leningrado há 10% das mulheres que se servem de lavanderias.

Observemos agora, o crescimento de alguns tipos de serviços, durante 10 anos:

ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E COMERCIAIS — 1960-70  
(por milhar) (12)

Tipo de estabelecimento	1960	1965	1970
Cabelereiros (homens e mulheres)	28,8	35,3	42,3
Alfaiates	27,6	33,1	40,1
Sapateiros	30	30,4	33,5
Lavanderias	0,9	2,2	3,6
Tinturaria	0,9	0,8	1,1
Oficinas de reparações (garagens incluídas)	15,8	20,9	27
Sucursais de vendas avulsas	567,3	643,3	682
Estabelecimentos públicos de alimentação (restaurantes)	147,2	192,7	237,3

TABELA 7

(\*) Resultados de uma pesquisa com 280 mulheres nas indústrias VILNIUIS.



A mesma fonte revela que no conjunto das atividades domésticas, apenas 5% do "tempo doméstico" é tomado a cargo pelos estabelecimentos de serviços. Por outro lado, reconhecida a função social da mulher junto à produção, outro aspecto do seu papel social é a reprodução e a educação dos filhos. A legislação soviética resolveu o problema do reconhecimento do papel social que a mulher desempenha na reprodução assegurando, no trabalho, o seu direito à licença-maternidade, de 4 meses e mais um ano de licença especial, após o nascimento da criança.

No que se refere entretanto à utilização de creches, em Leningrado, onde a disponibilidade de serviços é maior que a média nacional, há 13% apenas de crianças que se beneficiam de creches. Quando não há pessoas da família que possam cuidar da criança, a mãe deve ficar em casa. Por outro lado, parece haver uma preferência por parte das mães, em deixar a criança em casa. Na pesquisa de Leningrado, as mulheres declararam que elas enviavam suas crianças à creche ou à maternal porque não havia ninguém que pudesse ficar com elas em casa, ou outro lugar para deixá-las. As maternais, em todo caso são mais utilizadas que as creches. 66,7% das crianças de classe de idade correspondente estavam em maternais, segundo a pesquisa.

O que, em conclusão, esses dados parecem indicar é que apesar das melhoras significativas dos últimos anos no sentido da socialização das tarefas domésticas e especialmente os esforços para a ajuda na educação social da criança (a família não é realmente a única instituição responsável pela socialização das crianças, a escola desempenhando papel importantíssimo), a mulher ainda carrega o ônus da contradição entre traba-

lho doméstico e trabalho social e esse encargo se deve em grande parte ainda, a sobrevivências culturais que se reforçam no modelo familiar adotado, em que a valorização do trabalho masculino se faz em detrimento da maior participação do homem na organização doméstica, em consequência, dificultando a maior participação feminina nas tarefas sociais, políticas, etc. e nos encargos de decisão.

### III — POLÔNIA — (R.P.P.)

No que se refere à Polônia, é preciso fazer um breve histórico sobre a situação da mulher de antes da guerra — uma Legislação burguesa de caráter teocrático, torna a mulher inteiramente dependente de seu marido, sob o plano jurídico e o plano econômico. O divórcio só é possível sob a condição de uma mudança de religião — de católica, para a ortodoxa por exemplo. O aborto é proibido. As mulheres que trabalham constituem 25% dos trabalhadores assalariados. O nível de instrução é muito baixo — em 1931, a metade das mulheres de 25 a 40 anos são analfabetas. Daí que, sobre 1.041.000 mulheres empregadas em atividades não agrícolas, 415.000 estão em empregos domésticos.

As mulheres operárias são discriminadas em matéria de salários — segundo dados estatísticos de 1937, o salário semanal dos homens empregados na indústria de conservas é de 22 slotys e o das mulheres, de 12 slotys. Na indústria metalúrgica, o salário masculino é de 34 slotys e o feminino de 20. Os direitos das mulheres grávidas são extremamente limitados; o empregador pode legalmente romper a cada instante, o contrato de trabalho, privando-a, assim, do direito às prestações sociais durante a gravidez e do direito à licença especial de maternidade.

Essa situação perdura até a instalação da *República Popular da Polônia* em 22 de julho de 1944. A 2 de julho de 1952, a Constituição da R.P.P. declara a “igualdade de direitos do homem e da mulher em todos os domínios da vida social, política, econômica e cultural do Estado”. Essa igualdade é garantida por um conjunto de direitos, tais como: “o mesmo direito ao trabalho e à remuneração, 2.º o princípio — ‘mesmo trabalho, mesmo salário’, direito às férias, aos seguros sociais, à instrução, às dignificações e decorações e à ocupação das funções públicas”. As outras garantias são: a proteção da mãe e da criança, o desenvolvimento de uma rede de maternidades, creches e maternais, de estabelecimentos de serviços e de alimentação coletiva”. A segurança no emprego, para uma mulher grávida é garantida desde que haja trabalhado numa mesma empresa durante três meses consecutivos. Há licença especial, maternidade remunerada, e 1 ano de licença especial após o parto. O divórcio se torna legal e acessível — o montante de taxas jurídicas e honorários de advogados são fixados em função da situação financeira dos postulantes. Apenas a lei interdita o aborto, continua em vigor até 1956, pela necessidade de fazer crescer a natalidade, pelas perdas polonesas nos anos 1939-45 (6 milhões de mortos, 2 milhões de imigrantes).

Entretanto, além dessas medidas de caráter legal, foi igualmente o estado de devastação em que se encontrava a Polônia em 1945 (indústria quase inexistente, agricultura devastada, cidades em ruínas) que favoreceu, desde fins da guerra, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e em todos os setores da produção, mesmo aqueles reputados “os menos femininos”. Um dos sinais das mudanças ocorridas nessa época é a

mulher-pedreiro ou condutora de trator, vestida de macacão de operário que representa a “mulher emancipada do Estado socialista”, que foi largamente documentada pela arte que caracterizou o realismo socialista.

Mas, o período de 1945-55 se caracterizou principalmente por um questionamento profundo da estrutura familiar considerada um dos bastões do conservantismo, hostil às novas estruturas sócio-econômicas e políticas. Trata-se mesmo de “pulverizar” a célula familiar substituindo-a por formas de vida coletivas (cantinas, lazer e férias organizadas, etc.) e, por outro lado, desenvolvendo instituições extra-familiares de educação, como a União da Juventude Polonesa e as próprias instituições escolares. Procura-se igualmente fazer transbordar o domínio privado, os problemas de ordem moral ou psicológica colocados até então na intimidade da vida familiar sendo discutidos como problemas de interesse comunitário. Entretanto, os resultados dessa política anti-familiar provocaram de certa forma, o efeito contrário de consolidar a célula familiar, a família se fortalecendo nas suas funções de unidade afetiva, de procriação e socialização.

Em 1956, o “Outubro Polonês” encerra o período no qual a célula familiar é desaprovada e combatida — os anos subsequentes conduzem a uma revalorização do papel social da família. Coloca-se notadamente em evidência a sua função educativa. As mulheres entretanto, engajadas no processo de ativização profissional e que chegam ao mercado de trabalho a partir dos anos 60, pertencem às gerações polonesas educadas no pós-guerra. Uma grande parte delas são titulares de diplomas profissionais e universitários que lhes permitem ascender a postos elevados, tradicionalmente ocupados por homens.

Nos anos 50, conforme (2), as mulheres constituem 33% da população que tem uma atividade remunerada; em 1970 essa porcentagem ultrapassa os 40%. Entretanto esse crescimento quantitativo é expressão de uma mudança muito mais profunda na escala de valores da consciência coletiva da sociedade polonesa; contrariamente à época de ante-guerra a afirmação social da mulher se efetua através da independência econômica, o grau de instrução ou a posição profissional, e não mais pelo casamento. O casamento aliás não altera fundamentalmente a ativização profissional — de 70 a 80% das mulheres casadas tem uma atividade remunerada. O número global de mulheres empregadas na economia socializada se eleva a 4.000.000, aproximadamente 70% da população feminina; some-se a isso as 117.000 mulheres empregadas no setor privado (dado de 1970) e o n.º não computado de mulheres que trabalham nas pequenas explorações agrícolas pertencentes a famílias camponesas.

Entretanto, é observando os índices de repartição das mulheres pelos diferentes setores da economia polonesa que teremos uma idéia mais clara do processo de “feminização” de alguns deles — a concentração de mulheres é mais forte nos seguintes setores: Indústria . . . . (1.460.800), Comércio e Serviços (587.700), Ensino, Saúde e Assistência Social (363.000). Esse processo é ainda mais sensível ao nível de certas categorias profissionais — as mulheres constituem 80% do pessoal dos dentistas e farmacêuticos; 71% dos biólogos; 67% do corpo de educadores; 71% dos filólogos. Resulta uma “masculinização” correlativa dos ofícios técnicos assim como uma predominância masculina nos postos-chave da produção indus-

trial e da administração do Estado. Isto se deve talvez a uma inapropriada orientação escolar — entre 1968-69, para 118.000 candidatos admitidos nos concursos de ingresso ao colegial clássico, havia 85.000 moças. As proporções eram inversas para o colegial técnico. Em 1970 nas Faculdades polonesas, para 15.269 estudantes da seção de construção havia 4.066 mulheres. O número de estudantes mulheres das seções de eletrônica e de mecânica eram de 943 e 2.912 sobre o total de 6.765 e 42.133 estudantes respectivamente.

“Nosso povo ama e respeita suas mulheres, mas não as obedece” — palavras de um diretor de uma grande empresa industrial.

Realmente, paralelamente a essa manutenção da separação tradicional entre ofícios “masculinos” e “femininos” observa-se na Polônia, uma certa dificuldade de acesso de mulheres a postos de direção de empresas. Recenseamentos efetuados em 1962 por uma comissão sindical nas grandes empresas da Silesia (região das mais industrializadas na Polônia) constataram que as mulheres ocupando postos de direção constituem 1% do total de mulheres empregadas. O número de responsáveis mulheres diminui proporcionalmente à importância dos postos. O avanço profissional das mulheres na indústria textil vai até o posto de vice-diretor de empresa. Esses privilégios masculinos parecem dever-se, contudo, em grande parte, à sobrevivências culturais antigas referentes ao papel social da mulher. Na referida pesquisa, assim se expressam os homens sobre o trabalho feminino: “as mulheres estão frequentemente inidispostas”, “elas trabalham mal”, “faltam muito”, “não se preocupam em melhorar a sua qualificação”, “não têm ambições profissionais”.

A natalidade, continua alta na Polónia — 520.400 nascimentos em 1967, houve 562.300 em 1971, 575.000 em 1972. A insuficiência hospitalar é ainda muito grande — em 1971, havia nas cidades 24.301 leitos na seção de ginecologia, dos quais 12.000 somente nas seções de parto. Nos hospitais da zona rural esse número era de 4.390. Além dos 9,7 médicos ginecologistas para 100.000 mulheres, o que existe é uma rede de dispensários “K” (“Kobieta”, mulher, em polonês), e 3,8 parteiras para 10.000 mulheres. Em 1971, a porcentagem de mulheres grávidas que se submeteram a exames médicos regulares era de 3,7 nas cidades e 1,6 na zona rural.

13% das famílias na zona rural tem em média 6 filhos, contra uma média de 3,8 nas cidades.

Essa alta taxa de natalidade levou o Estado, depois de 1971, a elevar a licença natalidade a 3 anos. Entretanto, os dados indicam que apenas 11% das mães se decidem a aproveitar essa licença. A quase totalidade das mulheres opta pela retomada do trabalho. O motivo deve ser a dificuldade que normalmente encontram na duplicação da sua tarefa social — retardar o retorno ao trabalho significa maior dificuldade no desempenho da maternidade e do seu trabalho profissional.

A grande dificuldade de se encontrar lugar para as crianças em creches (em 1972 há 1.500.000 crianças de 0 a 2 anos e 91% não encontram lugar em creches), desenvolveu o hábito de se deixar as crianças com as avós que se tornaram verdadeiras instituições na Polónia Popular.

O número de crianças de 3 a 6 anos, em 1972, é de 3 milhões — 45% delas está em maternais. As maternais são pa-

gas e os preços são fixados em função dos rendimentos dos pais.

A divisão das tarefas domésticas assim se apresenta, no caso das mulheres trabalhadoras que tem filhos:

6% dos maridos ajudam a cuidar das crianças.

3% dos maridos ajudam na preparação da alimentação das crianças.

De 3 a 6% dos maridos acompanham as crianças à creche ou maternal.

De 15 a 22% dos maridos passeiam com as crianças.

De 18 a 25% brincam com as crianças.

Uma trabalhadora de indústria têxtil mãe de um filho dispende em média, 8 horas e 1/4 aos trabalhos domésticos, uma vez que, além da não divisão das tarefas domésticas, a existência de aparelhos eletro-domésticos é muito rara.

Assim, em 100 moradias, encontramos:

- 37 geladeiras
- 46 aspiradores de pó
- 73 máquinas de lavar
- 48 condutores de gás.

Ainda com relação aos cuidados com as crianças, temos que:

- 30% não encontra ninguém em casa, na volta da escola
- 20% encontram sua mãe
- 25% encontram sua avó
- 5% encontram seus pais (mãe e pai)
- 5% vão diretamente à casa dos vizinhos.

A família parece ser a principal responsável pela educação das crianças e essa tarefa se mostra extremamente penosa para aquelas cujas mães, também

trabalham fora. Em 1970, havia 840.000 crianças inscritas em escolas primárias de 8 anos (dos 7 aos 15 anos). Dessas, apenas 31,6% encontraram lugar nos internatos e a concessão de Bolsas é ainda difícil.

Por outro lado, a partir de 1970 adotou-se uma política de incentivo crescente às altas taxas de natalidade, o que continua dificultando para a mulher, a realização dos papéis sociais que ela é chamada a desempenhar na produção e na reprodução.

#### IV — CONCLUSÃO

Não se pretendeu, ao apresentar dados sobre vários aspectos da condição da mulher nesses países, empreender uma crítica às formas atuais de que se reveste o Estado nos países socialistas, nem, a partir dele, estabelecer conclusões a respeito das modificações, ao nível da cultura, que foram absorvidas pelas populações envolvidas no processo de construção do socialismo. Embora o 1.º aspecto possa estar implícito na maneira como os dados foram apresentados, uma crítica exaustiva exigiria uma análise política acurada. Por outro lado, a análise de transformações mais profundas que envolvem hábitos quotidianos exigiria a realização de pesquisas empíricas, que cobrissem as décadas mais significativas desse processo. Além disso, a vivência das condições de vida e dos valores que compõem o conjunto da cultura seria condição indispensável para esse tipo de análise.

Independentemente desse tipo de análise, entretanto, a experiência histórica a que se submetem esses países, nos tem auxiliado grandemente no encaminhamento de soluções possíveis para o problema da dupla função social da

mulher ainda que a discussão se circunscreva aos limites da sociedade capitalista.

O que nos parece restar das contradições que ainda sobrevivem no seio dessa experiência é que, constituindo, a superação da sociedade de classes, a condição necessária para a solução das desigualdades sociais a que a mulher está sujeita nesta ordem social, ela não é entretanto suficiente por si só.

A riqueza da análise de aspectos do quotidiano, consiste justamente em que a ideologia contida nos comportamentos perpassa pela organização familiar, pelas escolhas profissionais de homens e mulheres, pela distribuição do tempo na vivência do quotidiano, pelo peso enfim, das demais instituições socializadoras no processo de educação das crianças.

É no contexto das contradições vividas pela mulher numa sociedade capitalista que melhor se balizam seus objetivos e os meios de resolver “desigualdades mais velhas que as das classes” e que se podem aproveitar as experiências dos países socialistas hoje.

Assim, parece claro que muitas conquistas podem se dar dentro da sociedade capitalista. Ainda que em uma sociedade socialista o fato da família constituir ainda o “núcleo básico da sociedade”, tenha um caráter diferente dessa função num país capitalista, observamos que, apesar dos esforços legais no sentido de se garantir o reconhecimento do papel social da maternidade, a maternidade adquire ainda, nos países socialistas, o caráter de sobrecarga para mulher. Deve-se discutir então, o sentido real da “libertação da mulher para o trabalho”, tendo em vista as dificuldades que se apresentam nas experiências relatadas.

Por outro lado, a relação Homem x

Mulher parece indicar, pelo simples exame dos hábitos domésticos, conceitos arraigados sobre as "funções sociais do homem e da mulher". Vimos que essa relação não se altera facilmente, mesmo que, de direito, se assegurem direitos

iguais para ambos os sexos.

O que, enfim, parece não estar resolvido pelos países socialistas, embora não se trate de um problema meramente legal é a mais antiga contradição entre trabalho doméstico e trabalho social.

PERSPECTIVAS/19

---

SALLES, M.R.R. The situation of the woman in the socialistic Countries today. *Perspectivas*, São Paulo, 3: 67-80, 1980.

**ABSTRACT:** This article intends to deal with some characteristics of the woman's work conditions and everyday life in two socialistic countries (URSS and PPR), in order to discuss the persistence of some contradictions between house-keeping and professional work, within the historical background of women's liberation and the increase of feminine participation in labour force.

**UNITERMS:** Socialism; feminine participation; house-keeping, professional work.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALIBEKOVA, G.K., *Les raisons sociales des traces de l'inegalité des femmes dans la vie quotidienne sous le socialisme et la période de transition*, Paris, 1972.
2. BOR, D., *La femme et la famille en Pologne*. In: 3.
3. *ÊTRE FEMME EN URSS ET DANS LES PAYS DE L'EST* Paris, Ed. La Taupe, 1976, (Série Pays de L'Est n.º 1)
4. GIEYSZTOR, Alexander, KIENEWICZ, S. et al. *Historie de la Pologne*. Paris, 1971.
5. KCHARCHEV, A.G. & GOLOD, S. I. *Le travail des femmes dans la production et la famille*. In: 3.
6. KOPP, A. *Changer la vie, changer la ville*, UGE, Collection 10/18, Paris.
7. *LA FEMME ET LE COMMUNISME*, Paris, Édition Sociales, 1950.
8. LABZIN, A.L., *La construction du socialisme et l'élimination de la position inégal des femmes dans la vie quotidienne*, pesquisa junto à "VOLSHKI, MOTORWORKS"; Paris, 1964. In: 3.
9. LES FEMMES, AUJOURD'HUI, DE-MAIN, C.E.R.M., Paris, Éditions Sociales, 1975.
10. POPOVA, Nina. Suplemento ao: *Bulletin de Propagande*, n.º 7, outubro, 1967, Paris, 1967. In: 3.
11. SOLOVYEV, N. ed. *Problèmes de la vie quotidienne*. (Coleção de Ensaios apresentada em francês, sobre o casamento e a família, numa conferência em Vilnius, em 1970). In: 3.
12. VOLKOVA, T. *La place de la femme en Union Soviétique*. In: 3.
13. YURTSINYA, A.K. *Le développement de la personnalité des femmes sous le socialisme*, Riga, 1973. In: 3.